PROCESSO N° : 2014/3055/000754
UNIDADE GESTORA : **305599 – Secretaria de Estado da Saúde – Consolidado/Fundo Estadual de Saúde**
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2013
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual - 2013
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 66 /2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (Fundo Estadual de Saúde – FES), nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto nº 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º e 10º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. 828, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit orçamentário de 3,43%, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **89,41%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	1.245.830.635,00	1.213.015.184,66	97,37
Despesa de Capital	143.903.402,00	29.546.189,46	20,53
TOTAL	**1.389.734.037,00**	**1.242.561.374,12**	**89,41**

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	1.198.441,00	1.198.438,59	99,99
102 - Rec. do Tesouro-Ações de Sev Pub. de Saúde	938.170.405,00	937.782.661,13	99,96
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	825.000,00	825.000,00	100,00
223 - Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	189.000,00	64.811,09	34,29
225 - Rec. de Convênios com Órgãos	54.909.271,00	7.062.107,31	12,86

Federais			
229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis- Ester	4.000,00	0,00	0,00
240 - Recursos Próprios	280.000,00	12.692,98	4,53
246 - Assistência Farmacêutica	4.880.747,00	2.847.113,99	58,33
247 - Atenção Básica	937.383,00	192.987,42	20,59
248 - Gestão do SUS	23.793.672,00	7.391.046,00	31,06
249 - Investimentos Saúde	19.076.959,00	3.920.293,90	20,55
250 - Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hosp.	257.765.348,00	255.766.277,28	99,22
251 - Vigilância em Saúde	18.517.840,00	10.404.669,43	56,19
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	68.988.671,00	14.940.275,00	21,66
5236 - Doação	197.300,00	153.000,00	77,55
TOTAL	**1.389.734.037,00**	**1.242.561.374,12**	**89,41**

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de 4,10%, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.3.1 O considerável aumento das dotações iniciais justificou-se pelo aumento das despesas com pessoal e encargos sociais e aumento na fonte 250 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, conforme justificado à fl.150.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R$ 320.394.663,08**, somada à receita extra orçamentária no valor de **R$ 2.287.995.049,02**, às transferências financeiras recebidas no valor de **R$ 966.332.415,84** e ao saldo financeiro remanescente, no valor de **R$ 63.142.439,96**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R$ 1.242.561.374,12**, extra orçamentárias no valor de **R$ 2.290.345.007,55**, restando saldo de **R$ 104.958.186,23** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, **às fls. 829 e 830**.

3.4.1 Os resultados demonstrados nos quadros acima indicam um regular percentual de utilização das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual e representam gastos, em relação à receita específica, de **20,65%** com despesas com saúde, cumprindo o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal.

3.5 O Balanço Patrimonial, à **fl. 831**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **R$ 78.990.957,05**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, suprimento de fundos, almoxarifado e participação no capital de empresas, com o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, dívida interna e obrigações a pagar – folha de pagamento,

revela que o valor dos compromissos de longo prazo é correspondem ao percentual de **45,73%.**

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de **7,00%** em relação ao exercício anterior, devido ao surgimento da dívida interna.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R$ 148.026.450,86**, sendo que **R$ 94.237.459,92** são de bens móveis, **R$ 54.378.739,40** são de bens imóveis, **R$ 4.409.842,24** são bens em processo de localização, **R$ 2.758.493,57** são bens imóveis cadastrar e **R$ 7.758.084,27** de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações por: aquisição **R$ 10.829.832,32**; independente da execução orçamentária **R$ 262.739,63**; doação **R$ 268.426,00**; bens móveis em processo de localização **R$ 65.528,79**; valorização **R$ 2.185.634,98** e baixa patrimonial por: alienação **R$ 4.000,00**; transferência **R$ 252.267,52**; independente da execução orçamentária **R$ 98.863,00**; doação **R$ 2.553.926,68**; bens móveis em processo de localização **R$ 141.528,13** e desvalorização no valor de **R$ 676.676,92**, havendo divergência devido a ausência de relatórios gerenciais de controle do patrimônio e em consequência a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, sendo que as justificativas às **fls. 1.314 a 1.319** não contemplam todas as inconsistências.

3.5.4.1 Os bens móveis de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de **R$ 18.539.396,00**, deste valor **R$ 3.249.155,48** são bens imóveis, **R$ 14.062.478,13** são de bens móveis e **R$ 1.227.762,39** são bens móveis em processo de localização.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R$ 62.269.265,89,** que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 1338 a 1361, tendo sido devidamente justificada às fls. 1104 a 1105, no entanto, não apresenta a conciliação da diferença.

3.6 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R$ 59.478.716,95**, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento **R$ 57.031.340,31:**

1 - **R$ 204.452,30** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R$ 56.826.888,01** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança **R$ 2.447.376,64**

3.7 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R$ 76.012.963,45**, correspondentes às inscrições em consignações, caução, outros credores, restos a pagar, valores não reclamados e obrigações a pagar – folha de pagamento.

3.8 O Demonstrativo do Ativo Realizável, à fl. 862, evidencia um saldo no valor de **R$ 1.130.109,04**, referente a outros valores em trânsito, o qual não consta justificativa pela Coordenadoria de Gestão de Contabilidade da pasta.

3.9 O saldo inicial da conta "exigível a longo prazo" registra **dívida fundada** no valor de **R$ 4.432.845,52,** referente ao parcelamento com o INSS e dívida interna. No exercício de 2013 foi efetuado inscrição de **R$ 45.479.469,28**, pagamento no valor de **R$ 2.425.652,03,** permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R$ 47.486.662,77.**

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos e inspeção nos sistemas administrativos, foi possível identificar falhas e propor correções, conforme o evidenciado nos Relatórios de Inspeção Nºs 03 e 04/2013, no período de 05/06/2013 a 08/07/2013 e 13/11/2013 a 06/12/2013, respectivamente. Contudo, destacamos o número expressivo de procedimentos indenizatórios por débitos sem prévio empenho, sem licitação, sem contrato e sem a devida formalização processual.

4.2 Aplicando a técnica de auditoria foi possível constatar impropriedades e propor correções nas Auditorias Especiais conforme evidenciado nos Relatórios de Auditoria Nºs 01 e 02/2013 nos períodos de 11/04/2013 a 06/06/2013 e 01/07/2013 a 30/08/2013, respectivamente.

5. Ressalte-se, por oportuno, que, de acordo com o Plano Anual de Auditoria aprovado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a Sexta Diretoria de Controle Externo - DCE realizou, no período de 27 de maio a 21 de junho de 2013, auditoria de regularidade na Secretaria da Saúde (Fundo Estadual de Saúde – FES), referente ao período de janeiro a maio de 2013, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 141 a 768**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/03 TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins**, à eficiência e eficácia dos projetos, atividades e produtos, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão/entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1021 - Saúde Direito do Cidadão, Programa 1032- Enfrentamento ao Álcool e outras Drogas, Programa, 1034 - Governo e Cidadão, e com suporte nas ações do Programas 1073 - Gestão e Manutenção da Secretaria da Saúde**.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um **médio** grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas, em contrapartida ao **médio** desempenho das metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, **às fls. 154 a 686.**

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **12** (doze) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão.

6.1.2 Em relação à avaliação das **74** (setenta e quatro) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, **às fls. 154 a 686.**

6.1.2.1 Para a realização das iniciativas foram criadas **78** (setenta e oito) ações governamentais, sendo **67** (sessenta e sete) de natureza atividade e **11** (onze) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicitando um médio grau de eficiência.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04** (quatro) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados**, 99,93%** foram executados por meio do Programa 1073 - Gestão Manutenção da Secretaria da Saúde.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R$ 3.799.619,27,** de instituições privadas no valor de **R$ 23.760,00** e do exterior no montante de **R$ 153.000,00,** conforme demonstrado no Anexo 10, à **fl. 779**, e houve transferência de recursos à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, no valor de **R$ 3.257.452,12** e à municípios no montante de **R$ 10.357.980,65,** conforme demonstrado no Anexo 2, à **fl. 771 a 772.**

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 987 a 3020**, um quantitativo de **12.388** servidores ativos, sendo que **821** servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e **2.694** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela REGULARIDADE das contas apresentadas pelos responsáveis Vanda Maria Gonçalves Paiva, José Gastão Almada Neder e outros

relacionados neste processo às **fls. 07 a 11**, COM RESSALVAS aos itens **3.5.4 e 3.5.5; 3.8; 4.1 e 4.2**, deste relatório.

3ª COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014.

MILTON FERREIRA CASTRO
Supervisor

CRISTIANE DALASTRA
Coordenadora

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.

CLEBER BARROS ARRAES
Diretor de Controle Interno